

COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO USINA NOVA AMÉRICA, TERRITÓRIO DE TENSÃO E PODER: OS TRABALHADORES RURAI DA CANA E A GREVE DE 1962

Antonio Alves Bezerra¹

Resumo: O artigo busca interpretar as tensões e enfrentamentos envolvendo trabalhadores rurais da cana na região de Assis, interior paulista, no período de 1960 a 2000. Parte-se da premissa de analisar um processo trabalhista indiciando a *Usina Nova América* como ré em uma ação coletiva movida por mais de uma centena de trabalhadores rurais no ano de 1962. A perspectiva de análise do artigo pauta-se por interpretar recortes da imprensa, bem como a problematização dos elementos evidenciados no processo. Os dados disponibilizados no referido processo desvelaram as experiências de lutas e resistências dos trabalhadores rurais da cana num complexo *campo de força* envolvendo trabalho, capital e Estado. As reflexões, ora apresentadas, indicam que o Estado brasileiro viabilizou a implementação do *agronegócio* no setor sucroalcooleiro paulista provocando mudanças imediatas no sistema de produção ao implementar políticas de modernização do setor sucroalcooleiro. As fontes analisadas indicaram práticas contraditórias legadas pelo então desenvolvimento do capital no campo, revelando, também, que a partir de organizações representativas os trabalhadores rurais puderam experimentar na luta cotidiana novas formas de resistências, enfrentando, assim, os desmandos do capital personificado na figura dos usineiros locais. Decerto a legislação trabalhista e ambiental também corroborou para esses enfrentamentos, pois, paradoxalmente, se houve por um lado a necessidade de preservar o meio ambiente com a modernização do campo, por outro, trouxe em seu bojo a exclusão de centenas de trabalhadores.

Palavras-Chave: trabalhadores; usinas; mecanização; experiências; greve.

NOVA AMÉRICA PLANT SUGAR-ALCOHOL COMPLEX, TERRITORY OF TENSION AND POWER: SUGAR-CANE RURAL WORKERS AND THE 1962 STRIKE

Abstract: The paper aims at interpreting the tensions and confrontations involving sugarcane rural workers in the region of Assis, countryside of São Paulo state, from 1960 to 2000. It begins with the premise of analyzing the labor proceedings indicting *Nova América* plant as defendant in a collective lawsuit held by more than one hundred rural workers in 1962. The analysis perspective is based on interpreting press reports as well as problematizing elements confirmed in the lawsuit. Data available for the proceedings uncovered resistance and struggles experiences from the sugarcane rural workers in a complex *field of force* involving work, capital and the State. The reflections presented here

* Parte da pesquisa de Mestrado, defendida na PUC/SP, sob a orientação da Prof. Maria Izilda S. Matos.

¹ Dr. História/PUC/SP. Docente do Curso de História e do PPGH da UFAL, Campus A.C. Simões, Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: antonio.alves@ichca.ufal.br

indicate that the Brazilian State enabled agribusiness implementation in São Paulo sugar-alcohol sector provoking immediate shifts in the production system through its modernizing policies. Sources analyzed indicated controversial practices that constitute a legacy by the capital development in the countryside back then. They also reveal that, through representative organizations, rural workers were able to experience new forms of resistance in their daily lives, facing in that sense capital's abuses personified by the local refineries' owners. In a sense, labor and environmental regulations supported these confrontations because, paradoxically, if on one hand it was necessary to preserve the environment, on the other, it brought about hundreds of workers excluded.

Keywords: workers; plants; mechanization; experiences; strike.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar algumas interfaces das tensões e enfrentamentos envolvendo trabalhadores rurais “boias-frias” da cultura canavieira, assim como as posturas adotadas por agenciadores desse tipo de mão de obra para atender os anseios da expansão do agronegócio, em particular, os interesses dos complexos sucroalcooleiros denominados de *Usina Nova América* e *Usina Maracá S/A*, ambos de propriedade do grupo Resende Barbosa.

Destaca-se a reflexão sobre os fatores “trabalho” e “exclusão social” que, sem dúvida, apresentam-se como um paradoxo atual na vida de pessoas provenientes tanto do campo quanto da cidade, sobretudo no que tange ao setor de produção das usinas de açúcar e álcool em questão. O fator trabalho é de extrema importância para a sobrevivência humana e, por esse motivo, cabe discutir sobre as causas que estão proporcionando seu desaparecimento na região pesquisada. Trata-se, nesse caso, da não contratação dos trabalhadores rurais da cana na região de Assis, assim como em outras regiões canavieiras do país.

Para a análise acerca dos pressupostos que marcaram as transformações sociais no campo, especialmente a exclusão dos trabalhadores rurais da cana, atenta-se para a “eficácia jurídica do Estatuto da Terra (ET), Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), no tocante à extinção das relações de trabalho, até então existentes no campo paulista” (SILVA, 1999: 62), a partir da bibliografia especializada sobre as interfaces da temática em

questão. Em face disso, nota-se que um dos conflitos importantes da história no campo paulista envolvendo os trabalhadores rurais da cana e as usinas em tela esteve circunscrito no ano de 1962, momento que antecedeu a instituição dos estatutos anteriormente citados².

Observa-se que, para toda investigação relacionada à agroindústria e/ou agricultura, deve ser feito um estudo histórico do aspecto econômico e social (SZMECSÁNYI, 1976). Um estudo dessa envergadura possibilita explicitar as variáveis que têm condicionado as tentativas de planejamento agropecuário, em geral, e na agroindústria canavieira, em particular. Nota-se que a área da história da agroindústria no Brasil ainda é um terreno pouco explorado pela historiografia e requer pesquisa histórica rigorosa, principalmente no que tange à tão desprezada história econômica da agricultura (SZMECSÁNYI, 1976: 9).

As reflexões expressas neste artigo se ancoram em recortes temáticos da sociologia rural, da economia rural, da história e da geografia, respectivamente. Face a esta questão, destacam-se as reflexões de D’Incao (1975), Alves (1991), Ianni (1984), Dupas (1999), Silva (1997a), Silva (1999b; 2000), Williams (1989), Perrot (1989), Lobo (1991), Hobsbawm (2000), Matos (2002; 2000; 1999), dentre outros trabalhos de igual relevância reflexiva.

Na mesma direção, recorre-se à análise de trechos de reportagens e artigos de opinião publicados em jornais de época, assim como à análise de um importante processo trabalhista envolvendo os trabalhadores rurais e o então setor do *agronegócio* representado pelo Grupo Nova América, corroborando, assim, para uma melhor compreensão das tensões emanadas do campo.

É necessário observar que as transformações no campo se fizeram presentes a partir dos anos 1950, principalmente após o período da Segunda Guerra Mundial, quando o cenário brasileiro ganhou outras configurações, caminhando para um processo de industrialização mais acentuado. Observa-se que “Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo perdeu o controle da produção [...] e o açúcar do Nordeste não teve condições de chegar ao Sul e Sudeste do Brasil” (ANDRADE, 1994: 59). Tais fatores permitiram que os usineiros paulistas aumentassem seu poder de pressão sobre o Estado, reivindicando a

² O Estatuto do Trabalhador Rural data de 1963, instituído pelo então João Goulart presidente da República, já o Estatuto da Terra foi instituído sob a égide do primeiro governo da ditadura civil-militar, em 1964. Segundo Silva (1999: 62), “a implantação destas duas legislações deve ser interpretada no bojo dos conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura brasileira sob a chancela do Estado, da *modernização trágica* [grifos do autor]”.

legalização de novas usinas, o que clamava pela ocupação de áreas anteriormente ocupadas com outras culturas agrícolas.

Ainda no que se refere aos anos de 1950, assinala-se que as transformações foram mais acirradas no Centro-Sul do país, com a aquisição de terras públicas por fazendeiros da região, cujo principal objetivo concentrava-se no seu desenvolvimento. No entanto, o impacto econômico dessas medidas se manifestou especialmente no enriquecimento dos próprios fazendeiros.

Nos anos cinquenta, época de livre exercício democrático e atividades parlamentares, não foram suficientes para coibir os abusos relativos à farta distribuição de terras públicas no Centro-Sul do país, uma vez que esta se tornava fonte seguradora de acumulação para grandes capitalistas e empresas (LENHARO, 1986: 48)³.

A partir desse momento percebe-se que as máquinas deixaram o cenário dos parques fabris de equipamento pesado da Europa e dos Estados Unidos (ALMEIDA, 1988), destinando-se em seguida para o Brasil, onde ocupariam espaços na cidade de Piracicaba (SP), sob a égide do grupo de usineiros Dedine⁴, e na cidade de Sertãozinho (SP), sob o poder do grupo de usineiros Zanini. Esses, além de empregarem o uso dos equipamentos em larga escala em suas propriedades, tornaram-se os principais fornecedores dos mesmos equipamentos para as usinas de todo o país, incluindo o complexo sucroalcooleiro Usina Nova América.

Dessa maneira processa-se a expansão da agroindústria canavieira no oeste paulista. “É a partir de 1975, com o Proálcool e o crescimento da lavoura canavieira, que se inicia a produção revolucionária do processo técnico” (SILVA, 1999: 307). No entanto, as ideias dos latifundiários determinaram as ordens que dinamizaram essa cultura, desencadeando transformações bruscas nas relações de trabalho dentro das empresas agrícolas, além de mudanças que afetaram as empresas agrícolas em seus componentes fundamentais,

³. Essa questão fez com que os usineiros paulistas também se aproveitassem de tais oportunidades, permitindo um redimensionamento de suas propriedades, comprando e alugando as terras circunvizinhas, para que, a partir daí, a proliferação da cultura canavieira no Oeste do Estado de São Paulo se conjugasse com mais eficiência. A respeito da ocupação da região de Assis, ver PENÇO (1994).

⁴ Sobre o assunto ver NEGRI (1977).

“transformando pouco a pouco o fazendeiro em capitalista, o capataz em gerente, o lavrador em operário” (IANNI, 1984: 114-5).

Essas observações são relevantes para pensarmos as relações de poder que se tramaram no seio das usinas em questão e que modificou sistematicamente as práticas de produção e o espaço onde estas encontravam-se alocadas.

Se entendermos o poder em sentido social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: poder do homem sobre o homem. O homem é não só sujeito, mas também o objeto do poder social (BOBBIO, 2000: 933).

As tensões e os conflitos envolvendo trabalhadores rurais e usineiros fazem parte dessa atmosfera, e o poder torna-se perceptível como uma consequência das exigências estabelecidas com a chegada e a implantação do capitalismo no campo. A ideia de poder perpassa todo o corpo do trabalho e desempenha papel fundamental no desencadeamento de tensões e conflitos, sobretudo no que tange às políticas econômicas e às transformações do espaço, a exemplo da região rural da cidade de Assis, no interior paulista. Essas localidades foram, muitas vezes, ignoradas pelos olhares políticos, de modo que, infelizmente, imperava o poder dos usineiros. Estes ditavam as regras e reprimiam quando necessário, defendendo seus próprios interesses e caracterizando aquilo que Bobbio (2000), defendeu como “o controle do homem sobre o homem”.

As transformações ocorridas no setor agrícola a partir dos anos 1960 foram visíveis em todo o país, particularmente no interior paulista, como bem explicitam os estudos desenvolvidos por Alves (1991: 5). Nesse sentido, o autor pondera que:

A agricultura brasileira passou por um processo de radical transformação de produção em função da sua integração à dinâmica de incentivo à constituição do Complexo Agroindustrial (CAI). Essa transformação significou a alteração da base técnica de produção com maior consumo, por parte da agricultura, de insumos modernos produzidos pelo setor industrial. A indústria fornecedora de insumos para a agricultura é incentivada num duplo movimento: de um lado o governo incentiva a montagem no Brasil de filiais de multinacionais produtoras de insumos modernos; de outro, o Estado, através do crédito rural subsidiado, incentivava o consumo destes insumos modernos pela agricultura.

Notadamente, as mudanças bruscas no campo proporcionaram o desencadeamento de tensões de cunho social e político na região de Assis e, mais precisamente, em cidades circunvizinhas, como Maracaí e Tarumã, onde se alojavam contingentes significativos de cortadores de cana cognominados de “boias frias”.

Desde então, as usinas têm buscado englobar o espaço, modificando-o constantemente. Tais mudanças não apenas dizem respeito à geografia do local, mas, de forma mais acentuada, à vida das pessoas que ali têm vivido. Conseqüentemente, essas transformações desencadearam uma série de pressupostos sobre os quais se procurou refletir ao longo do trabalho. Um deles é a exclusão de trabalhadores rurais da cana do incipiente mercado de trabalho rural.

Retomando a ideia de transformação do espaço envolvendo trabalhadores rurais da cana, evidencia-se a importância de mostrar os momentos significativos que nortearam as metamorfoses deste espaço, inclusive os desdobramentos destas para com os trabalhadores rurais. Para isso, apresenta-se um breve histórico da cidade de Assis, com o objetivo de descortinar suas transformações ao longo do período em estudo.

A cidade de Assis foi fundada pelo Capitão Francisco de Assis Nogueira, que em 1905 doou oitenta alqueires de terras para a construção de uma capela. O nome do povoado teve sua origem no de seu fundador. Em 1915, por meio do Decreto Lei nº 1.496, foi criado o Distrito de Paz. Assis tornou-se município em 20 de dezembro de 1917, pela Lei Estadual nº 1581 (CAMPOS JÚNIOR, 1992)⁵.

A região em estudo está localizada no oeste do estado de São Paulo, próxima às margens dos rios Médio Vale do Paranapanema e Rio dos Peixes, ao sudoeste do estado. No início, a região passou por um rápido processo de expansão e de povoamento no sentido do norte para o sul. Na passagem do século XIX para o XX, ocorreu a expulsão dos habitantes locais (índios Coroados, Caiuás e Xavantes) com o intuito de atender à demanda por novas culturas voltadas para o mercado, como o café e a pecuária. Essas atividades

⁵ Este autor foi um dos poucos pesquisadores a se debruçar sobre a problemática do êxodo rural na região de Assis, nos anos 80 e 90. Sua pesquisa está voltada à agroindústria local e sua articulação com a cidade. De forma clara e objetiva, o autor norteou com precisão questões pertinentes ao entendimento das relações de poder na região. Mostrou os principais fatores que contribuíram para a saída dos trabalhadores rurais das regiões canavieiras com direção à cidade, precisamente, a cidade de Assis (SP).

alteraram as características da economia local, que se voltou, pelo menos em parte, para a exportação (BRANT, 1977: 40).

Por outro viés, há que se chamar a atenção para o fato de que os indígenas não foram tão somente sujeitados à expulsão de seus territórios, mas, sobretudo, foram vítimas de um profundo processo de genocídio motivado pelos anseios da modernização e do ambicioso olhar do *agronegócio* na região em estudo ou nas regiões que este se fez presente⁶.

Nos anos de 1930, a produção de café e a pecuária foram substituídas por outras culturas como o milho, a soja, o amendoim e, com mais eficácia, a cana-de-açúcar. Como consequência, assistiu-se a um desmatamento acelerado da região. A chegada da ferrovia em Assis, em 1914, foi outro momento importante para o processo de crescimento e urbanização da cidade, gerando novos investimentos. Os trilhos traziam consigo a noção de comunicação rápida, eficiente e racional, características que acompanhavam o avanço tecnológico. “A ferrovia foi importante na economia cafeeira, sendo uma das vigas da sua infraestrutura. Esta significou o transporte rápido, seguro e barato para o café” (PENÇO, 1994: 39), além de propor uma comunicação fácil e ágil junto aos centros urbanos regionais.

As pesquisas realizadas sobre a região de Assis têm se debruçado sobre a hipótese de que, a partir do final da primeira década do século XX, esse município foi visto como um dos mais importantes do interior paulista – posição que ocupou até os anos de 1950. Nesse período, a região apresentou um crescimento expressivo, experimentando um progresso bastante acelerado, como atestam os dados a respeito do crescimento populacional nos anos de 1940 a 1950. Parte significativa da força de trabalho estava alocada no campo, que demandava crescente mão de obra, escassa naquele momento.

Esse crescimento pode ser descrito em três grandes etapas: o povoamento, até 1920, em que uma área praticamente desocupada recebeu importantes fluxos migratórios; o intenso crescimento, de 1920 a 1940, no qual se conjugaram o crescimento vegetativo e o

⁶ A título de exemplificação, destaca-se que “[...] A capitulação final dos índios da região foi assinalada com a construção da estrada de ferro Bauru - Mato Grosso, pois, dentre outros, causou a morte de um grande número de índios através das matanças ou das epidemias disseminadas pelo branco. Além disso, o início das viagens ferroviárias trouxe um fluxo significativo de pioneiros para a região, tornando o branco superior numericamente” (SOUZA, P. H.; SOUZA, M. M. P. de, 2010: 25-51).

migratório; e, por fim, o período em que teve início a desaceleração do crescimento populacional (BRANT, 1977: 59).

A diminuição dos fluxos migratórios em direção a essa região ocorreu pelo fato de a expansão da cultura cafeeira ter atingido o Norte do Paraná, por volta dos anos de 1930. Nesse momento, as zonas agropecuárias de Assis entraram em decadência, o que resultou na diminuição de empregos. Com isso, desapareceu o grande atrativo para os migrantes. Entre os anos de 1970 e 1980, o crescimento da população rural sofreu uma interrupção, seguida por um despovoamento do campo em direção às cidades.

Em artigo publicado pela *Folha de São Paulo* nos anos de 1980, há informações de que a cidade de Tarumã (SP)⁷ era vista como uma cidade pobre, que não oferecia oportunidades a seus moradores, destacando-se o fato de que a maior parte de sua população era formada por um contingente significativo de trabalhadores rurais “boias-frias”. Menciona-se que a cidade se encontrava totalmente marginalizada pelo processo de desenvolvimento, sem nenhuma possibilidade de oferecer as condições mínimas de sobrevivência aos seus sete mil habitantes.

De acordo com o artigo, nasce na cidade uma instituição popular, que faria reivindicações junto aos órgãos públicos municipais, sobretudo às empresas sucroalcooleiras da região, no sentido de se comprometerem a realizar possíveis transformações nesse panorama⁸. Pensando nas transformações às quais o município foi submetido nos últimos vinte anos, cabe ressaltar que esse quadro não é mais o mesmo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1999, demonstraram essa diferença:

Quadro 1 - Tarumã (SP): população residente, sexo e situação de domicílio

Total	Homens	Mulheres	Zona Urbana	Zona Rural
10.743	5.508	5.235	9.646	1.097

Fonte: IBGE, 1999.

⁷ Cidade esta onde se encontra alocada a Usina Nova América e parte significativa dos fornecedores de cana para a referida usina. Esta cidade encontra-se a pouco mais de 30 Km da cidade de Assis (SP) e aproximadamente a 500 Km da capital paulista. Segundo dados do IBGE, Censo de 1999, esta cidade apresentava como atividades econômicas fundamentais a agricultura, a pecuária e a indústria.

⁸ *Folha de São Paulo*, 14/08/1982: 21.

De acordo com o Quadro 1, percebe-se não só que o número de mulheres se tornou um pouco inferior ao número de homens, mas também a população urbana tornou-se muito superior à rural. Esse fato possibilitou pensar que a maioria dos residentes da zona urbana ainda integra uma parte significativa da mão de obra rural e compõe a categoria dos chamados trabalhadores rurais “boias-frias”.

Desta forma, acredita-se que o enorme contingente que formava a mão de obra rural há vinte anos atrás ainda permanece trabalhando no campo, tendo em vista que as principais atividades econômicas são caracterizadas pela agricultura, pecuária e indústria. Pode-se dizer, ainda, que essa última é composta pela Usina Nova América, ponto de partida para a discussão das possíveis tensões sociais que giraram em torno da figura do trabalhador rural “boia-fria”.

No recorte temporal compreendido pela pesquisa, dadas as interfaces do desenvolvimento do setor sucroalcooleiro brasileiro, optou-se pelas últimas quatro décadas do século XX, pois este é caracterizado por transformações significativas, possibilitando reflexões sobre os momentos de progressões e regressões⁹ no setor canavieiro em todo o país. Desta forma, enfatiza-se que a área canvieira onde se encontram as usinas em estudo teve seu desenvolvimento com o patrocínio do Estado. Alves (1991: 7), alerta que nesse momento “o processo de modernização da agricultura será chamado de perverso ou conservador, devido às características que ele assume em relação à concentração fundiária, ao êxodo rural, e à concentração da renda [...]”.

Essa afirmação tem como respaldo a ideia de que “O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo não depende exclusivamente da ação empresarial, mas também da ação governamental, que criou ‘condições’ não econômicas indispensáveis à sua organização e reprodução” (IANNI, 1971). Assim, as iniciativas estatais serviram tão somente para assegurar garantias para comprar e arrendar propriedades para o cultivo da cana e outros bens que dinamizam a economia no país. Essas garantias tornam-se um

⁹ Remetendo-se ao processo de desenvolvimento da agroindústria canvieira brasileira, em especial a paulista, entende-se por progressões, o alto índice de lucros e aquisições técnicas adquiridas pelos empresários desse setor nas últimas quatro décadas. Quanto à regressão, caracteriza-se pelo aumento generalizado de dispensa dos “antigos” trabalhadores manuais, cortadores de cana, sem abrir possibilidades de reinserção nas novas atividades desenvolvidas no setor.

paradoxo quando se pensa nas nuances por elas ocasionadas no circuito campo-cidade. O paradoxo é aqui entendido como uma unidade contraditória, uma vez que o desenvolvimento, da forma como se fez presente, trouxe consigo a noção de progresso, mas também a exclusão. Além do mais, o crescimento do setor de serviços, de forma mais sistematizada, ocasionou a automação e a informatização social, caminhando para o emprego de novas tecnologias sem investimento na qualificação dos trabalhadores.

A consequência mais evidente é o distanciamento pleno de qualquer alternativa para além do capital, na medida em que se adota e postula uma ótica do mercado, da produtividade, das empresas, não levando sequer em conta, com a devida seriedade, entre tantos outros elementos tão graves e prementes como, por exemplo, a questão do desemprego estrutural que, atualmente, esparrama-se por todo mundo, em dimensões impressionantes [...] (ANTUNES, 1977: 32-33)¹⁰.

Com o desenvolvimento crescente vivido por várias usinas de açúcar, torna-se possível a afirmação de que, por um lado, o desenvolvimento exige transformações rápidas e mudanças de hábitos no setor social e, por outro, percebe-se a falta de perspectiva por parte dos trabalhadores envolvidos na linha de produção. A tendência é tornar o trabalho braçal no âmbito das usinas menos acessível aos trabalhadores rurais “boias-frias”. Por sua vez, esses trabalhadores se dirigiam às periferias dos centros urbanos em busca de outras possibilidades, sendo estas bastante precárias e limitadas. A cidade tornou-se receptora desses trabalhadores, que acabaram se dispersando nos emaranhados de municípios circunvizinhos, proporcionando tensões sociais de matizes diversas.

Desde os anos finais do século XIX, a problemática da cidade foi delineada como a chamada questão urbana, encontrando-se atravessada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania, passando a cidade a ser reconhecida como espaço de tensões. Tal questão se associava ao desejo já latente e generalizado de ser “moderno”, em que a cidade aparece como sinônimo de progresso em oposição ao campo (MATOS, 1997:77).

Embora se trate de um período recente da história (1960-2000), buscou-se na literatura a respeito do século XIX possibilidades para fundamentar as interpretações que se

¹⁰ A este respeito ver também duas outras obras do mesmo autor: ANTUNES (1990), ver especialmente o capítulo II “As metamorfoses no mundo do trabalho”; e ANTUNES (2001).

referem às metamorfoses, às tensões sociais e às relações de poder que se travam diariamente na região em estudo. Matos (1997) propõe uma discussão acerca dos enfrentamentos aos quais a indústria e a lavoura paulista foram submetidas no final do século XIX. Problematiza, ademais, as tensões e os conflitos sociais envolvidos no setor têxtil de juta no litoral paulista. Possibilita, através de suas análises, um entendimento das relações de poder que tramitaram no campo e na cidade.

Tal perspectiva corrobora as interpretações (GIL, B. M.; GIL, C. M. C., 1993: 135-145) anteriores, sobretudo quando se pontua que o crescimento das favelas na periferia da cidade esteve associado ao processo de transformação do campo. O desenvolvimento das lavouras de exportação (soja e arroz) e da cana-de-açúcar (para a produção de álcool) exigia uma produção em larga escala com baixos custos, ou seja, tornava-se necessário que os empresários mecanizassem suas áreas de cultura a fim de aumentarem sua competitividade no mercado. As favelas constituem-se não como abrigos de marginais, mas como transformações sociais que complementam a reposição da força de trabalho. Esses núcleos habitacionais recriaram de forma apropriada todas as instituições da sociedade tradicional. Para tanto, basta refletir sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais nas usinas de açúcar e álcool na região do Vale Paranapanema, assim como em outras regiões do país, que apresentam condições ainda mais precárias.

As transformações do espaço tornam-se visíveis na região, principalmente, no período de 1945 a 1973, anos em que esteve presente a “Favela do Lucrécio” na cidade de Assis (SP). Daí decorre o desaparecimento das colônias nas fazendas e o aumento do fluxo de trabalhadores “volantes”, ou “boias-frias”, para a periferia das cidades. As questões presentes no campo podem ser caracterizadas como um conjunto inseparável do urbano: “a questão urbana constrói a questão social, com o surgimento da pobreza e da identificação do outro – o pobre, o imigrante, o negro” (MATOS, 1997: 77).

Assim, não se pode problematizar as transformações do espaço sem uma prévia investigação das razões que o levaram a se transformar. Observa-se que o uso generalizado da mecanização pelas usinas de açúcar e álcool da região, aliado ao modelo de latifúndio e similares, tem proporcionado um forte impacto face aos cortadores de cana, gerando conflitos, tensões e exclusão social.

A partir de 1960, a Usina Nova América (a mais importante da região) passa a se destacar no cenário nacional e internacional. Esse destaque esteve atrelado às ideias de progresso e desenvolvimento, que, por sua vez, se articulam às referências de desenvolvimento tecnológico amplamente difundido pela *imprensa* local.

O Grupo Nova América S/A tem procurado construir uma imagem que reforça o impacto de seus investimentos no setor agrícola, tais como o crescimento da produtividade e a diversificação dos produtos cultivados, elementos importantes para a cidade e região. Conseqüentemente, a relação trabalho-homem se altera, consolidando o poder nas mãos dos usineiros locais e colocando em evidência a exclusão (DUPAS, 1999: 22)¹¹ dos trabalhadores rurais não apenas no campo, mas, sobretudo, na cidade.

Poder e Ações: usinas Nova América e Maracaí

Ao longo dos anos, as usinas Nova América e Maracaí projetaram-se em âmbito local, estadual, nacional e até mesmo internacional no que tange à produção de açúcar e álcool. Empresas de propriedade privada, pertencentes ao grupo Rezende Barbosa, constituem-se, atualmente, em grandes proprietárias de terras, contando com o recurso de arrendamento para o plantio e diversificação das culturas.

Em 1944, o senhor Renato de Rezende Barbosa adquiriu as fazendas Nova América e Nova Aliança, ambas localizadas na região de Assis. Com o passar do tempo, foi incorporando ao seu patrimônio as terras circunvizinhas.

Desde os primórdios, observa-se que a intenção era produzir cana-de-açúcar em larga escala, tanto que, logo após a compra das fazendas, estas foram transformadas em um complexo sucroalcooleiro – Usina Nova América S/A e Usina Maracaí. Os proprietários apressaram-se em fazer gestões junto ao governo federal, buscando subsídios para implementar sua produção, além de financiamentos para o cultivo da cana.

¹¹ Neste aspecto, ressalta-se que o conceito de exclusão social figura de forma bastante ampliada no corpo do trabalho. Porém, no que diz respeito à temática, emprega-se o conceito de exclusão na perspectiva do trabalhador que está desempregado sem possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. Neste aspecto, pontua-se a existência de vários tipos de exclusão, elencadas como: “Os desempregados em longo prazo; os empregados em empregos precários e não qualificados; os pobres que ganham pouco; os sem-terra; os sem-habilidades; os analfabetos, os evadidos das escolas [...]” e tantos outros.

A opção pela cana exigiu dos proprietários a intensificação da produção e o aumento do processo de esmagamento da matéria-prima para a fabricação de açúcar e produção de álcool carburante no país. Acredita-se que o crescimento pelo qual estas empresas passaram esteve associado aos incentivos fiscais do governo.

Em igual período, as fazendas Nova América e Nova Aliança ocupavam uma área de 3.423,09 hectares (5,3% do total de estabelecimentos rurais do município). No mesmo ano, o movimento de ocupação de terras na região de Assis já atingia um índice de 93% do território, sendo que a área total dos estabelecimentos rurais abrangia 646.097 hectares. Diferentemente do que ocorria com o café entre os anos de 1900 e 1940, não havia uma única cultura para o mercado. “A produtividade e intensidade da produção açucareira e alcooleira ocorre nas décadas de 1960 e 1970, com o Proálcool, que veio favorecer a maior concentração da produtividade territorial nas mãos dos usineiros” (ALMEIDA, 1987: 43-44). Explica-se que as relações de poder na região exigiam transformações rápidas e permanentes em função das exigências de abolir o sistema de colonato no âmbito das usinas em questão. Em face disso,

O regime de colonato (predominante nas fazendas de café na região) sofre grandes transformações em decorrências da instalação de grandes empresas rurais, ocasionando um êxodo rural. [...] houve, porém, uma concentração de mais de 51% da população nas cidades, números decorrentes da penetração do capitalismo no campo (ALMEIDA, 1987: 48).

Neste aspecto, torna-se necessário destacar o período que dá início à implantação da mecanização nos campos das usinas, aqui percebido como o primeiro momento de transformação no seio das empresas sucroalcooleiras. “A utilização de máquinas agrícolas nos campos da Usina Nova América teve início em 1948, embora não tenha sido dominante, sendo utilizada nessa época para os trabalhos do plantio da cana um trator de esteiras D-4” (ALMEIDA, 1987: 54). O aumento da produção esteve ligado à jornada de trabalho e à velocidade de produção que, por sua vez, estiveram ligadas ao ritmo imposto pela máquina (quantidade e qualidade) e, conseqüentemente, à energia gasta pelos operários para o seu funcionamento.

Vale ressaltar que os trabalhadores também têm seus limites físicos. Um esforço muito intenso causa esgotamento físico e, conseqüentemente, a redução da produtividade, quebrando o ritmo de fornecimento da matéria-prima – cana – exigido pelo sistema de

moendas das usinas e a sintonia de produção da usina, que é organizada para trabalhar num movimento constante. Observa-se que a racionalidade organizacional dessa empresa esteve baseada na ausência de preocupação com sua mão de obra, o que poderia prejudicar a sintonia industrial da produção. Esta afirmação parte da visão de produção de um acionista da Usina Nova América ao afirmar que:

O uso da cortadeira mecânica, por exemplo, foi testado, publicando-se o seguinte resultado: trata-se de um equipamento moderno, com tecnologia específica que corta a cana inteira, atingindo com suas duas lâminas ambas extremidades, depositando-a no solo em sentido longitudinal (contrário do convencional). A preocupação da empresa, ao desenvolver a experiência, decorreu da previsão de escassez de mão de obra para o corte da cana e também da necessidade de dominar esta tecnologia para empregá-la caso fosse necessário. Porém, não existia qualquer intenção de substituir o corte de cana manual pelo mecânico, o que só ocorreria na hipótese de falta de mão de obra (ALMEIDA, 1987: 48).

É evidente que o senhor Renato de Resende Barbosa foi mais longe do que o afirmado em 1987. Após o período da entrevista, ampliou-se bruscamente o parque industrial das empresas, principalmente na aquisição de novas máquinas modernas e com potencialidades cada vez mais elevadas.

Reconhece-se uma preocupação constante de se adaptar às novas tecnologias, sobretudo aos mais diversos tipos de solo. É compreensível que a utilização das máquinas nas empresas agrícolas venha ao encontro dos interesses e objetivos de lucro dos usineiros. Entretanto, essa posição confrontava e desafiava a potencialidade de produção dos trabalhadores rurais “boias-frias”, que, por mais que meçam esforços para acompanharem o ritmo das máquinas, tornam-se cada vez mais vencidos nesse desafio.

Poder e Repressão: ação coletiva de 1962

A partir da análise sistemática de ações trabalhistas e de informações publicadas pelos jornais *A Voz da Terra* e *Folha de São Paulo*, em 1962, buscou-se recuperar a ideia de *poder e resistência*. Nesse sentido, coube refletir sobre as ideias e problematizar o

*campo de força*¹² que se tornou a Usina Nova América, impregnada pelas reivindicações dos trabalhadores rurais “boias-frias” face ao *poder* e à *repressão* utilizados por seus proprietários.

A usina destacava-se com muita ênfase nas páginas dos jornais, especificamente no *Jornal A Voz da Terra*. O trabalhador, por sua vez, esteve longe de receber atenção semelhante à dispensada ao empresário. Assim, a análise da documentação trabalhista comprovou um número significativo de demissões, seguidas de reclamações junto ao poder público local contra a usina.

Em uma análise das fontes, nota-se que as reclamações trabalhistas não mencionam, de forma explícita, se as demissões ocorreram em função do processo de implantação da mecanização requerido naquele momento. Em alguns casos, estas foram motivadas pela participação dos trabalhadores em reuniões sindicais ou greves. Destaque-se o processo trabalhista de nº 678/62-caixa 869, que explicita a maneira como o proprietário da Nova América tratou seus trabalhadores ao retornarem de uma reunião organizada por setores sindicais no ano de 1962.

Em face disso, nota-se que ao longo do século XX, as tensões entre patrões e trabalhadores rurais foram bastante acentuadas no estado de São Paulo. As relações de poder, que envolviam os proprietários de terras e, mais precisamente, os das fazendas de café do final do século XIX e início do XX, chamam a atenção para o fato de que:

No interior da fazenda, o fazendeiro detinha poderes absolutos, dominava as instituições do Estado (polícia, magistratura), colocadas a seu serviço. Era fácil também isolar os portadores do bacilo radical, pela simples proibição da entrada de elementos estranhos. Não por acaso, a única greve rural de grande vulto no Estado de São, entre 1870-1914, ocorreu na zona de Ribeirão Preto (abril de 1913) onde havia significativo grau de concentração de trabalhadores (FAUSTO, 1977: 21).

Essas observações possibilitam refletir sobre os conflitos desencadeados ao longo dos últimos quarenta anos, dentro dos complexos agroindustriais, Usina Nova América e Maracá. Possibilitando, também, refletir sobre as relações de poder entre usineiros e

¹² O conceito de *Campo de Força* figura no trabalho com o objetivo de mostrar o espaço das usinas, assim como os conflitos que o cercam numa atmosfera de reivindicações e exigências das necessidades mínimas dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, as repressões e demonstrações de poder por parte dos usineiros locais.

trabalhadores rurais “boias-frias”. Nota-se, por esse viés, que o aparelho repressivo do Estado se manteve atrelado aos interesses de grupos econômicos ligeiramente vinculados à agricultura, o que atribuiu mais facilidades aos usineiros locais para tratarem do problema da ação coletiva de 1962 com mãos de ferro, como será apresentado e problematizado a seguir.

Os desdobramentos da organização de trabalhadores rurais dessas usinas tiveram como pressuposto uma ação conjunta movida por cento e cinquenta trabalhadores despedidos após participarem de uma reunião sindical que resultou na deflagração de uma greve. A atenção dispensada a um processo do conjunto de processos proporcionou não apenas visualizar o número significativo de demissões, mas, também, refletir sobre a situação de *submissão e coação* em que estes trabalhadores se encontravam.

Preocupados com a efervescência política em que o país se encontrava a partir dos anos 1960, muitos usineiros, em especial os integrantes do complexo agroindustrial Nova América, procuraram sanar o problema com a repressão antecipada.

Este senhor transformou suas propriedades em um feudo, em que só impera sua prepotente vontade, recorrendo inclusive ao auxílio de *forças armadas* [grifos meus] para obrigar os trabalhadores a se conformarem com sua tentativa de transformá-los, na prática, em escravos que trabalhavam apenas pela comida¹³.

Com isso, observa-se que a situação dos trabalhadores rurais foi se modificando substancialmente. A inserção dos trabalhadores rurais em Sindicatos e a formação de Associações tornou-se mais acentuada, o que desencadeou posteriormente uma série de conflitos no campo e fora dele. Parafraseando Vinicius de Moraes (1959: 45-51), “O operário que sempre dizia sim, aprendeu a dizer não”. Em 1962, em depoimento ao Juiz de direito da Comarca de Assis, um dos integrantes da ação coletiva enunciou:

¹³ Este trecho foi proferido pelo então advogado de defesa dos trabalhadores rurais “boias-frias” (1962), no momento em que discursava para defender os trabalhadores, que se encontravam em plena miséria (Processo: Caixa 869, nº 678, 1962, arquivo UNESP/FCL-CEDAP/Assis). Observa-se, que o recurso às forças armadas (Polícia Militar – PM) pelos usineiros foi um mecanismo para defender seu patrimônio, atrelado à ideia de ordem no sistema de produção e para reprimir os movimentos sociais organizados que acenavam para um novo tempo, um tempo da mudança.

O depoente foi admitido aos serviços de Renato de Resende Barbosa, em 06 de abril de 1956, trabalhando na lavoura até 1959, e passando dessa data e diante a trabalhar na Usina, sendo que foi despedido em 1962, no mês de julho. *Não houve greve na usina nessa ocasião, o que houve foi que o depoente veio com outros colegas, companheiros a esta cidade (Assis), e participaram de uma reunião do Sindicato da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo (grifos nossos). Ao regressarem a fazenda (Usina Nova América), tiveram sua entrada barrada, isto pelo administrador e pela polícia que lá já se encontrava*¹⁴.

Os conflitos e tensões ocasionados a partir de 1963 no interior paulista foram associados às péssimas condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais “boias-frias”. O preço da alimentação tornava-se um empecilho para seu sustento, sem mencionar as péssimas condições de trabalho e de remuneração a que estes trabalhadores eram submetidos.

Voltando à ação coletiva de 1962, um número expressivo de reclamações trabalhistas foi impetrado contra a Usina Nova América. Sem dúvida, esses fatos estiveram relacionados à implantação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, sob a Lei nº 4.214/63, o que pode ser considerado um estopim para o início da organização dos trabalhadores rurais.

Um fato curioso e significativo é que os trabalhadores que impetraram a ação de homologação de rescisão de contrato trabalhista por livre e espontânea vontade no Fórum da Comarca de Assis apresentavam-se com idade superior a 35 anos, fato que dificultava uma possível reinserção no mercado de trabalho. Deve-se ressaltar o fato de que os mesmos não sabiam ler ou escrever, o que contribuiu em grande escala para possibilitar sua submissão frente aos usineiros¹⁵.

A mobilização de 1962 na Nova América tornou-se mais explícita no processo movido pelos trabalhadores rurais, cujas reivindicações giravam em torno do pagamento do 13º salário, férias remuneradas e previdência. Tais queixas tornaram-se ingredientes indispensáveis para incentivar o processo de demissão em massa. Assim, como resposta, o

¹⁴ Os depoimentos que figuraram nos autos do Processo 678, caixa 869, no arquivo do CEDAP, evidenciaram a participação dos trabalhadores rurais numa reunião e não na greve. A greve foi uma consequência da posição arbitrária do usineiro local.

¹⁵ Essas informações encontram respaldo nos processos trabalhistas, nos quais figuram informações básicas como idade, escolaridade e procedência. Ressalta-se que a idade dos trabalhadores figurava acima dos 35 anos de idade.

usineiro acelerou o processo de mecanização das áreas canavieiras, o que levou à dispensa da maioria dos trabalhadores temporários (e mesmo fixos), denominados de “boias-frias”, “volantes” ou “clandestinos”¹⁶.

O processo deixa explícita que o número de demissões foi bastante relevante, tratando-se de homologação de pedido de demissão pelo trabalhador e de homologação de rescisão de contrato de trabalho dispensado pela empresa. Este fator esteve associado às pressões proporcionadas pelos usineiros, desencadeando movimentos de resistência por parte dos trabalhadores rurais da cana.

Os dados apresentados a seguir, no Quadro 2, explicitam que os cinco primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um número significativo de ações envolvendo trabalhadores e usineiros na região de Assis, em particular as usinas do grupo Resende Barbosa. Nos anos posteriores, precisamente a partir da década de 1970, o número de ocorrências envolvendo trabalhadores daquelas usinas foi considerado insignificante¹⁷.

Quadro 2 - (1961-1970): reclamações trabalhistas

Ano	1961-65	1966-70	1971-75	1976-80	Total
Homologação de pedido de demissão pelo trabalhador;	35	15	-	-	50
Homologação de rescisão de contrato de trabalho dispensado pela usina;	27	27	-	-	54
Homologação de indenização por Acidente de trabalho (U.N.A);	02	-	-	-	02
Reclamação procedente;	151	01	13	03	168
Reclamação improcedente;	-	02	-	01	03
Total	215	45	13	04	277

Fonte: O autor (2002).

Dessa forma, os dados presentes no Quadro 2, anteriormente referenciado, evidenciam que o maior número de reclamações trabalhistas envolvendo a Usina Nova América deu-se no período compreendido entre os anos de 1960 e 1970. Durante esse período ocorreram os conflitos de 1962, o que justifica a problematização das relações de poder e de resistência dos trabalhadores no seio das usinas pesquisadas.

¹⁶ Sobre a conceituação desses termos, consultar D’INCAO (1975); e SILVA (1999).

¹⁷ Ver também BEZERRA (1999: 34).

O levantamento realizado do total de ações judiciais impetradas contra os industriais do açúcar nesta região revelou a intimidação ou a falta de informação dos trabalhadores quanto ao fato de reivindicarem junto a justiça do trabalho seus direitos, muitas vezes sonogados pelos usineiros.

O volumoso processo¹⁸ expressa a trajetória da empresa, ressaltando seu significado não apenas para a economia local, mas também na vida de centenas de trabalhadores rurais. Muitos destes conheceram outras formas de marginalização e exclusão social a partir do momento em que passaram a reivindicar seus direitos.

Outros processos levantados não possuíam essa dimensão coletiva. Em geral, no dia da audiência de reconciliação, a maioria dos trabalhadores rurais reclamantes acabava concordando com as condições propostas pela usina ou simplesmente desistia das reivindicações feitas anteriormente.

A causa do grande número de demissões ocorridas em 1962 pode ser atribuída a outras razões, assim como a greve do mesmo ano, que não teve espaço na imprensa da cidade. Porém, a mesma conquistou respaldo na imprensa da capital paulista. O jornal *Última Hora* (23/08/1962) fez a seguinte notificação à época:

Grevistas de Assis apelam solidariedade de sindicatos

Compareceram à redação do jornal *Última Hora* (grifos nossos) 32 trabalhadores de Assis que se encontram em greve, juntamente com outros colegas, há 30 dias. E o apelo que eles e nós fazemos é para que a população da capital nos ajude na luta contra os métodos usados pelos patrões da Usina Nova América – afirmou o Sr. Romildo Chiaparim, diretor da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de São Paulo, que veio acompanhado por outros companheiros. O Tribunal Regional do Trabalho – prosseguiu – deveria ter julgado ontem o processo 142/62, (que já circulava em esfera federal), referentes às reivindicações dos trabalhadores e que deram motivo a greve. Porém, o TRT adiou o julgamento para segunda-feira próxima e os trabalhadores deverão continuar na capital, até esses dias, para acompanhar a sessão da justiça do trabalho em que será feito o julgamento. Eles, que já recebiam salários de fome, terão dificuldades de toda sorte, tais como: alojamentos e refeições. Por isso, apelamos à solidariedade de todos os órgãos classistas, da capital e do povo em geral.

¹⁸ Processo: Caixa 869, nº 678, de 1962 – Arquivado no CEDAP-Unesp-Assis.

Essa questão tornou-se acentuada com precisão no processo de nº 678/62, compondo um total de cento e cinquenta reclamações registradas. Nestas, os trabalhadores exigiam o pagamento de indenizações por tempo de serviço, 13º terceiro salário, horas extras trabalhadas e outros direitos, como os previstos na CLT para os trabalhadores urbanos. A maioria daqueles trabalhadores que impetraram a ação coletiva na Justiça do Trabalho contra a usina em questão era alfabetizada. Torna-se difícil determinar se os trabalhadores sabiam mais do que assinar o próprio nome, mas, de toda forma, é um dado significativo. Eles foram incentivados pelos advogados a entrarem com recursos no *Fórum*, reivindicando seus haveres e fazendo com que seus patrões garantissem seus direitos, mesmo que forçados juridicamente a isso.

A forma de organização e a coletividade que os levaram a ingressar na Justiça do Trabalho contra essa agroindústria, em julho de 1962, tornou o fato considerável. De acordo com as informações dos autos do processo, a grande maioria compareceu a uma reunião, promovida pelo Sindicato na cidade de Assis. Entretanto, não se tem certeza quanto ao número exato de participantes. O motivo da reunião que mobilizou dezenas de trabalhadores da usina deu-se em função do não cumprimento do acordo realizado entre os representantes dos trabalhadores (Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo) e da empregadora Usina Nova América. Pode-se perceber isso a partir desse trecho do acordo: “Os empregadores ficam obrigados a conceder um aumento salarial na base de 45% com a extinção do desconto de habitação a partir de 01 de junho de 1962” (COLOSSO, 1990: 32).

O proprietário da então Usina Nova América recusou-se a pagar os haveres de seus trabalhadores, deixando de cumprir o acordo determinado pelo órgão de representação dos trabalhadores rurais. Nesta reunião foi decidido que o patrão tinha de cumprir o acordo; caso contrário, entrariam em greve geral, como é descrito pelo advogado de defesa da empresa. Porém, os trabalhadores afirmaram não terem organizado a greve com o intuito de prejudicarem seu patrão, e sim de reaverem seus direitos.

O advogado de defesa dos trabalhadores, na folha nº 4 / parágrafo 5º, afirmou o seguinte:

Dentre os abusos descritos, ressaltam os que visam a excluir os reclamantes do direito a férias, adicional noturno, horas-extras, pagamento em dobro das horas de trabalho aos domingos e feriados, direito à reunião pacífica e sem armas, moradia gratuita e, inclusive, o direito de ir e vir – já objeto de ‘Habeas corpus’ distribuídos a esse egrégio Juízo. Beneficiando-se de os reclamantes residirem em propriedades de Renato de Resende Barbosa, a dezenas de quilômetros do centro urbano de Assis, de seu quase geral analfabetismo – este senhor transformou suas propriedades em um feudo, em que só impera sua prepotente vontade, recorrendo inclusive ao auxílio de *forças armadas* (grifos do advogado) para obrigar os trabalhadores a se conformarem com sua tentativa de transformá-los, na prática, em escravos que trabalhavam apenas pela comida¹⁹.

Ainda de acordo com esse advogado, os trabalhadores foram dispensados em 18/07/1962, sem justa causa, dando entrada em juízo a fim de obterem seus direitos sonogados pela empresa. Em suas reivindicações constava:

Aviso prévio; indenização por tempo de serviço; férias; diferenças salariais; repouso semanal remunerado e domingos trabalhados em dobro; horas-extras acrescidas do adicional noturno conforme prevê a Lei; abono de natal, tudo conforme for apurado neste feito e que se cumpra a sentença.

Neste processo foram arrolados cento e cinquenta trabalhadores. Torna-se possível perceber que a demissão ocorreu em função da participação em uma reunião, após a qual foram impedidos de regressar às suas residências. O trecho do relatório final do Juiz de Direito, da Comarca de Assis, diz o seguinte:

Regressando os empregados de uma reunião na cidade de Assis, realizada para a discussão de seus direitos, encontraram, na porteira da fazenda, um contingente policial. Aqueles trabalhadores tiveram barrada a sua entrada pelos policiais, permanecendo então no local.

O advogado de defesa da Usina Nova América afirmou: “Ingressaram em juízo 149 reclamantes. Mas, dos 149 são apenas 141. Sim, reclamantes. Reclamam tudo, contra todos e a respeito de tudo. Reclamam, alguns duas vezes. Convém a confusão”.

¹⁹ Processo: nº 678/1962, p. 3-4, Cx. 869, CEDAP/UNESP, Assis, SP.

Nas folhas de número 34 a 44 deste processo configura-se a afirmação do porta-voz da usina: “Demiti esses trabalhadores em função de sua participação na greve de 30 dias no corrente ano considerada pelo advogado de defesa da reclamada ilegal!”.

Cabe questionar se a dispensa dos trabalhadores ocorreu em função das políticas governamentais, sobretudo da legislação que tramitava a “favor dos trabalhadores rurais” e/ou, até mesmo, se em função da implantação do processo de mecanização, ao qual as usinas paulistas vinham aderindo paulatinamente. Porém, fica evidente que o usineiro administrava sua propriedade com “mãos-de-ferro”, não hesitando em demitir mais de uma centena de empregados pelo fato de terem participado de ações sindicais com indicativos de greve.

A possibilidade de contar com a tecnologia, poderosa aliada na dispensa de mão de obra, desempenhou papel importante. Entretanto, a principal causa das demissões ora salientadas deu-se em função da referida reunião, em que o empregador (proprietário da Usina Nova América) não tinha nenhum interesse.

Nesse contexto, salienta-se a atitude dos proprietários do açúcar ao acionarem as “forças armadas”, com o objetivo de manterem a ordem estabelecida, conforme dito pelo advogado dos trabalhadores. Assim, instigaram o apoio da organização dos trabalhadores no campo. Essa questão também pode ser vislumbrada em estudos desenvolvidos sobre o tema, ressaltando-se as palavras de Leonardo Colosso (1990: 31-32):

Pode-se perceber a penetração das relações de trabalho urbano nas fazendas, antes mesmo da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, analisando a expulsão de dezenas de famílias das terras da Usina em 1962. [...] uma comissão viajou para Assis após ter recebido a visita de um grupo de trabalhadores da Usina Nova América, que lhes denunciou o não cumprimento do acordo Intersindical, firmado entre a Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo; a Indústria do Açúcar do Estado de São Paulo e a Associação dos Usineiros do Estado de São Paulo.

Durante a reunião, os empresários das usinas não tinham nenhum interesse além da reflexão sobre suas condições de trabalho e suas atuações como cidadãos. No entanto, os desdobramentos desse encontro desencadearam um enorme número de demissões e intimidações futuras dos trabalhadores (repressões policiais). Esses fatos revelaram as

tensões existentes entre patrões e trabalhadores. Segundo informações presentes nesse processo, os rurais trabalhadores foram “vítimas” de demissão injusta, por participação em uma reunião. Um depoimento registrado no *Fórum* da Comarca de Assis destaca que:

Não houve greve na usina nessa ocasião, o que houve foi que o depoente veio com outros colegas, companheiros a esta cidade (Assis), e participaram de uma reunião do Sindicato da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo.

O advogado de defesa da usina, em seu memorial, contestou, argumentando:

Os reclamantes, empregados da Usina Nova América, participaram do movimento grevista sem qualquer reivindicação de caráter econômico. Sempre tiveram todos seus haveres pagos pela reclamada, sempre foram pagos de acordo com os ajustes celebrados entre os sindicatos representativos da categoria. Desta forma, a greve da qual participaram é ilegal, não admitida tanto pela legislação da época como a atual. Em face desse procedimento, a reclamada usou de legítimo direito seu, despedindo os reclamantes, grevistas que eram. Nenhuma indenização lhes é, pois devida. E a reclamação deve ser considerada improcedente.

Ainda de acordo com o mesmo advogado, os trabalhadores da usina foram classificados em quatro categorias, sendo elas:

- A) Os trabalhadores que reclamam mas não eram empregados do Sr. Renato de Resende Barbosa;
- B) Trabalhadores que nunca foram empregados da Usina Nova América e nem do Sr. Renato de Resende Barbosa e nem foram dispensados;
- C) Reclamantes que os nomes apresentam-se em duplicatas;
- D) *Trabalhadores reclamantes que foram empregados de Renato de Resende Barbosa, trabalhando em atividades fundamentais, dispensados por participarem da greve ilegal (grifos nossos)*²⁰.

Em anos seguintes ao início do processo, observou-se um significativo número de solicitações de desistências, somando um total de trinta e duas. Segundo o advogado de defesa dos trabalhadores, todos os demitidos foram obrigados a prestar depoimentos

²⁰ Memorial da Usina Nova América, pelo advogado de defesa da usina, Processo nº678/1962, Cx. 869, pp. 358-362, CEDAP/UNESP, Assis, SP.

individuais, o que, segundo o advogado, proporcionou o enfraquecimento da denúncia. No memorial dos trabalhadores apresentado pela defesa lê-se a seguinte afirmação:

Foi mais um ato desumano dos empregadores da Usina Nova América. A exigência destes em tomar depoimentos de pessoas de um a um dos reclamantes – legal é verdade – levou muitos deles a desistirem de seus direitos, certamente recebendo algum óbulo, ou a se retirarem para outros lados em busca do pão de cada dia ²¹.

Assim, ao passo que os trabalhadores desistiam da reclamação, ou melhor, retiravam a queixa, a usina ficava encarregada de pagar os custos do processo e o desistente tinha a possibilidade de garantir uma reinserção no incerto mercado de trabalho.

Finalmente, após sete anos de trâmites (1969), o Juiz de Direito da Comarca de Assis, concluiu o processo:

Julgo a causa em parte procedente, condenando a Usina Nova América S/A, e Renato de Resende Barbosa a pagarem, cada um de seus reclamantes correspondentes, as importâncias referentes às verbas reconhecidas, com correção monetária na forma do Decreto-Lei 75, de 21/11/66 ²².

Este fato permitiu refletir que tal situação de subordinação permeava e ainda continua permeando os trabalhadores cortadores de cana das usinas em todo o país, o que, de certa maneira, despertou preocupação nos grupos econômicos do setor sucroalcooleiro.

A situação de miséria que se alastrou no campo pode ser aferida pelas indicações do censo de 1980 para o Brasil: 17% da população economicamente ativa dedicada a atividades rurais não tinham rendimentos; 49% recebiam menos do que o salário mínimo; e 34% mais de um salário mínimo, embora não muito mais. Em São Paulo, a situação não era muito diferente. Apenas 55% recebiam mais que um salário mínimo (MARTINS, 1984: 3).

A noção de luta de classe entre os trabalhadores rurais “boias-frias” auxilia na reflexão sobre a greve dos trabalhadores rurais da Cidade de Guariba (SP), em 1984.

²¹ Memorial dos trabalhadores contra a Usina Nova América, proferido pelo advogado de defesa, Processo n° 678/1962, Cx. 869, pp. 353-357, CEDAP.

²² Trecho extraído do documento anexo ao Processo de n° 03/678/1962, Cx. 869, p. 13.

Cansados de esperar pela ajuda e posição do governo e sem a ajuda dos usineiros, os trabalhadores optaram pela rebeldia, destruindo a cidade no intuito de despertar a opinião pública e, mais precisamente, alertar as autoridades para as condições de extrema miséria nas quais se encontravam.

Com a ação da repressão policial, a revolta de Guariba ficou mais radicalizada, expandindo-se com maior dinamismo pelo interior paulista, transformando-se em fato político nacional, polarizando a opinião pública a favor da luta dos “boias-frias” e contra a ação repressiva ordenada por Franco Montoro (governador do Estado em 1984). A ação da PM foi interpretada pelos manifestantes e grevistas como associada aos interesses econômicos dos usineiros – contrários às reivindicações dos cortadores de cana – e não como a de um órgão pacificador estatal, portador de alguma solução para a tragédia social do “boias-frias” (PEREIRA, 2001: 18).

Outro acontecimento que revelou a insatisfação dos trabalhadores rurais “boias-frias” no mesmo período (1984), dias após o ocorrido em Guariba (SP), foi a revolta dos “boias-frias” da cidade de Monte Alto (SP). A *Folha de São Paulo* (19/05/84: 19) registrou o acontecimento.

Enquanto Guariba voltava à normalidade, Monte Alto, a 40 quilômetros de distância, 35 mil habitantes, forte na produção de cana, laranja e cebola, viveu um dia tumultuado e de muita tensão. Um grupo de “boias-frias”, revoltados com a situação de miséria em que vivem, depredou o mercado municipal, causando grandes prejuízos, destruiu a empresa agenciadora de mão de obra para lavoura de Waldemar Quiles e quebrou os vidros do escritório da Sabesp [...]

No mesmo período em que ocorreram as tensões em Guariba e em outras regiões canavieiras do estado, o delegado da Seccional da cidade de Assis foi categórico ao afirmar:

“A polícia de Assis está aparelhada para reprimir rapidamente qualquer movimento desta natureza na região. Por isso, se alguém estiver pensando em fazer, que não faça [...]”. Ao referir-se à possibilidade de ocorrência, nessa cidade, de incidentes envolvendo boias-frias. O delegado disse não ter recebido nenhuma instrução para manter a polícia em alerta, mas admitiu que o *episódio de Guariba e a tensa situação dos trabalhadores rurais em Bebedouro podem contribuir para a ocorrência de tumultos*

*nas demais regiões produtoras do Estado (grifos nossos) (Folha de São Paulo, 17/05/1984: 21)*²³.

A fala do delegado da Delegacia Seccional da cidade de Assis revela a sua visão de como a miséria e a fome devem ser aceitas sem nenhuma reivindicação por parte daqueles que as sofrem, em nome da ordem. Ordem esta que contempla os interesses dos grupos econômicos a quem esse Aparato de Estado busca atender (FAUSTO, 1977).

Por meio das observações realizadas acerca do conflito que marcou os primórdios das lutas dos trabalhadores rurais na região de Assis, tornou-se patente a complexidade²⁴ das tramas de poder que caracterizam o setor açucareiro e suas especificidades. Essas tramas tornam bastante evidentes as tensões estabelecidas entre os usineiros destas agroindústrias (patrões) e os “boias-frias” (empregados), principalmente quando estes últimos buscam seus direitos, não se conformando com as explorações que perpassam seu cotidiano. Na *Folha de São Paulo* (1997: 7) destaca-se:

Mecanização avança e corta emprego

Colheita mecanizada em lavoura da região de Assis, no interior de São Paulo; as máquinas colhem em média 350 toneladas de cana crua em 8 horas, enquanto um trabalhador rural consegue cortar cerca de 7 toneladas por dia. A entrada de colhedoras nesta safra, que começa em maio, será recorde. Mais de 40 máquinas começam a operar em São Paulo, maior produtor de açúcar e álcool do mundo. Nos últimos 22 anos, a mecanização eliminou 19 mil empregos na colheita da cana, o que representa, em média, 863 vagas extintas por safras.

A expansão cada vez maior do setor açucareiro na região de Assis, com o uso em larga escala da automação, obrigou os trabalhadores rurais a se encaminharem para outras regiões, uma vez que a tecnologia busca espaços cada vez mais amplos para suas ramificações, provocando a exclusão de milhares de trabalhadores.

²³ As principais reportagens realizadas sobre o conflito de Guariba (SP) e cobertas pela Folha foram: *Acordo de Guariba agora vale para todo o Estado*. 19/05/1984; *Movimento cresce no interior e provoca tensão em várias cidades*. 17/05/1984; *Revolta de “boias-frias” provoca destruição e morte*. 16/05/1984.

²⁴ As fontes tornaram-se complexas no momento de sua análise, já que estas apresentavam muitas falas e de vários lugares, o que dificultou sua interpretação. As falas dos advogados de defesa, tanto da usina quanto dos trabalhadores, deixaram patente esta afirmação. A ausência de informações no jornal local – *Jornal de Assis*, também contribuiu para essa hipótese. A matéria publicada pelo jornal *Última Hora* alertou para o tamanho do conflito que se desencadeara no seio daquela usina.

Os conflitos desencadeados no campo a partir dos anos de 1960, envolvendo trabalhadores rurais que exigiam de seus patrões o cumprimento da legislação trabalhista, não reverberam na atualidade (com raras exceções, como o MST), fato que acentua a situação de exclusão e desemprego.

Algumas considerações finais

Sem a pretensão de esgotar as reflexões acerca dessa temática, o artigo indicou que o ano de 1962 foi um marco histórico na vida dos trabalhadores rurais na região de Assis (SP). Trabalhadores rurais e integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis, alocados na sede das usinas em questão, deixaram as terras das usinas com destino à sede do Sindicato dos Ferroviários na cidade de Assis, onde participariam de uma reunião de classe. Ao retornarem ao final da tarde às terras da usina Nova América, os trabalhadores foram impedidos de entrar em suas residências a mando do usineiro. Deparando-se com o poder instituído nas figuras de capatazes e homens de confiança, os trabalhadores rurais foram obrigados a dormir e permanecer no relento durante vários dias, sendo que alguns deles carregavam crianças de colo e estavam acompanhados de suas esposas e outros filhos menores.

Orientados por advogados, os trabalhadores impetraram ação conjunta contra os usineiros local junto à Comarca de Assis. Havendo tramitado em todas as esferas, a ação coletiva foi concluída e a maioria dos trabalhadores rurais teve seus direitos reconhecidos juridicamente.

Não se pode perder de vista que o homem nesse contexto é sujeito da história, mas também objeto desta, numa relação dialética, mas que se objetifica no percurso do desenvolvimento das formas capitalistas de produção. Nesse sentido, destaca-se que o progresso oriundo da mecanização e da legislação trabalhista vigente é bem-vindo somente na medida em que beneficia as pessoas que por ele trabalham. Observa-se, à luz da história, que não há desenvolvimento se milhares de trabalhadores encontram-se excluídos do processo produtivo. Notadamente, há que se pensar na preservação ambiental e no desenvolvimento tecnológico juntamente com processos de inclusão do homem no universo do trabalho, tendo em vista a humanização da vida em todos os seus setores.

Outras Fontes

Processo Trabalhista: nº 678/1962, pp. 3-4, Cx. 869, CEDAP/UNESP, Assis, SP.

Processo de nº 03/678/1962, Cx. 869.

Jornal *Última Hora*, São Paulo: 23/08/1962.

Jornal *Folha de São Paulo*: 19/05/84.

Jornal *Folha de São Paulo*, 17/05/1984.

Jornal *Folha de São Paulo*: 14/08/1982.

Jornal *Folha de São Paulo*: 1997.

Referências

ALMEIDA, Jozimar Paes de. *A extinção do arco-íris e o eco-histórico*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1988.

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, São Paulo, 1991.

ANDRADE, Manoel Correia. *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: EDUNESP, 1994.

ANTUNES, Ricardo. Mundo do trabalho, precarização e desemprego. In: MARQUES, Rosa M. (Org.). *Mercado de trabalho e estabilização*. São Paulo: EDUC, Cadernos PUC – Economia, nº 4, 1997.

_____. *Adeus ao Trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6ª. ed., São Paulo, Cortez, 1990.

_____. *Os sentidos do trabalho*. 5.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

BEZERRA, Anotnio Alves. Arquivos Fapesp. *A mecanização e o impacto sobre o trabalhador. Análises de processos trabalhistas da Usina Nova América: 1950-1990*. Relatório Científico Fapesp, processo nº 98/13090-6, 1999.

BOBBIO, Noberto. *Dicionário de Política*. 5. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. v. 2.

BRANT, Vinicius Caldeira. Do Colonato ao “boia-fria”: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo: Brasiliense, n° 19, 1977.

CAMPOS JÚNIOR, Luiz Cláudio. *A Agroindústria e o Espaço Urbano de Assis – Vila Prudenciana: 1970-1990*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1992.

COLOSSO, Leonardo. *Boia-Fria da Silva*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1990.

D’INCAO, M. C. M. *Bóias-Frias: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Rio de Janeiro: São Paulo: DIFEL, 1977.

GIL, Benedito Miguel; GIL, Célia. M. C. A pobreza perseguida: considerações sobre a “maloca” do Lucrécio”. *Revista História*, Vol. 12, São Paulo: UNESP, 1993.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LOBO, E. S. *A Classe Operária Tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistências*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH; v. 6, n° 12, 1986.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Entre o Campo e a Cidade: tensões e polêmicas em torno da indústria de junta. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: EDUC, 1997.

MARTINS, José de Sousa. *Boias-Frias: explosão previsível*. In: *Folha de São Paulo*, Cadernos Opinião -Tendências/Debates: 17-05-1984.

MORAES, Vinicius de. O operário em construção. In: MORAES, Vinicius de. *Novos Poemas II, (1949-1956)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

NEGRI, B. *Um estudo de caso da indústria nacional de equipamentos: análise do grupo Dedini (1920-1975)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

PENÇO, Célia de Carvalho Ferreira. *A evaporação das terras devolutas no vale do Paranapanema no Estado de São Paulo*. São Paulo: HVF-CERED/UNIP/ Representações, 1994 (Cole. Universidade Aberta, Vol. 4).

PEREIRA, Maria Del Carmo Túlio. *A Greve dos “Boias-Frias” de Guariba e a Repressão de Maio de 1984*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo, EDUNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. De Colona a “bóia-fria”. In: DEL PRIORE, M. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp, 2000.

SILVA, D. M. O. *Memória: Lembrança e Esquecimento*. Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas Décadas de 1950-1960. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1997.

SOUZA, Paulo Henrique; SOUZA, Marta Maria Pereira de. Revisando a ocupação histórica do noroeste paulista. In: NETO, Humberto Perinelli; NARDOQUE, Sedeval; MOREIRA, Vagner José. (Org.). *Nas margens da boiadeira: territorialidades, espacialidades, técnicas e produções no noroeste paulista*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

SZMECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil: 1935-1975*. São Paulo: HUCITEC/Unicamp, 1976.

SZMECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.

WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Recebido em: 12 de março de 2017

Aceito em: 04 de julho de 2017